

Atinal

19 de Maio de 1987 - Nº 142 - Cz\$ 50,00

CEDI - P. I. B.
DATA 22/05/87
COD. GMD07

PREÇOS

**SARNEY ACEITA
DIVIDIR O PODER**

**AUMENTA
O ESCÂNDALO DA
FERROVIA**

MARILIS SANTAREM - RIO BRANCO, BOA VISTA, PORTO VELHO, MACAPÁ e ALTAMIRA. Cz\$ 68,00

REPORTAGEM ESPECIAL

A AGONIA DOS GUARANIS

Reportagem especial

A agonia da nação guarani

Os últimos guaranis tentam sobreviver no meio de uma guerra pela posse de terras. Seu povo foi quase totalmente exterminado por doenças transmitidas por brancos, pela escravidão, pelas guerras; hoje eles são apenas 500, em São Paulo. Sem suas terras, eles morrerão.

TEXTO: JOÃO CARLOS RODRIGUEZ.

FOTOS: JOSÉ PINTO.



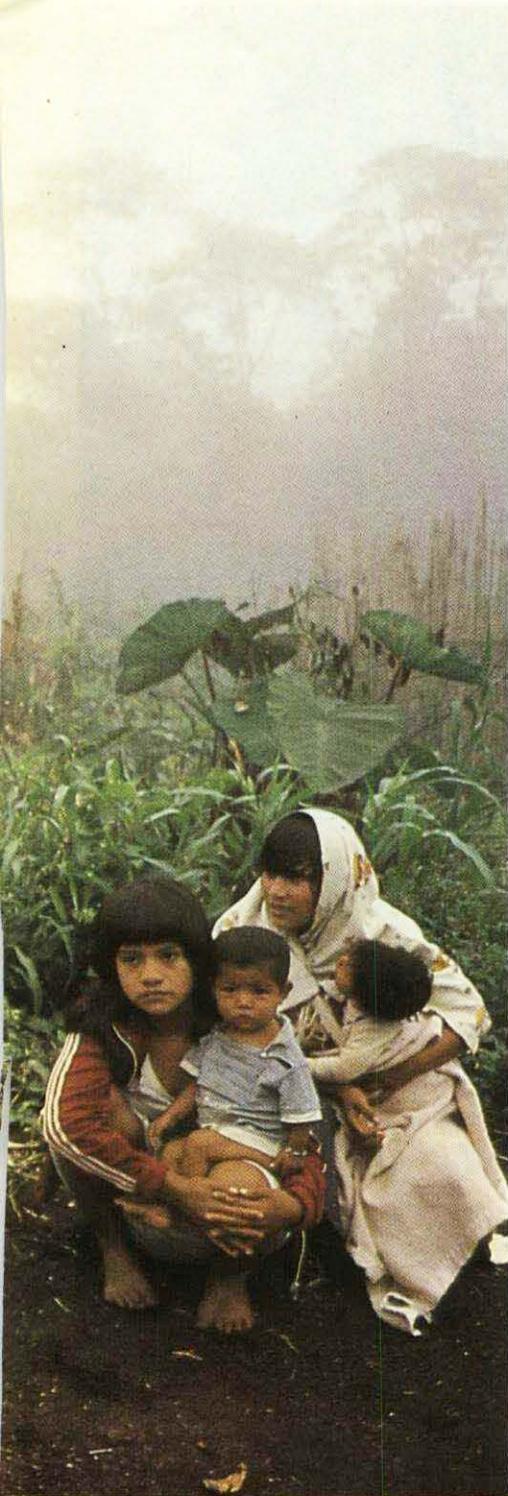


FOTOS JOSÉ PINTO

Um grupo de guaranis da Aldeia da Barragem: eles são parcialmente aculturados; usam roupas de brancos, mas mantêm...

Yes. Treze anos para a marca de 2.000. Brasil com cinco séculos. Imaginação! Na festa, quem sabe um desfile: o primeiro astronauta brasileiro — com perfeito domínio do inglês, claro — dentro de uma caravela portuguesa. Fórmulas de contrastes assim, mesmo na base da brincadeira, oferecem boas chances para a ironia. No país do futebol, Cruzado e Sarney, entretanto, a realidade ganha longe dos delírios surrealistas. Nas gavetas da mesa do presidente, por exemplo, misturam-se pedidos de concessões de canais de TV; convites para visitar a China, Cuba etc; recomendações do cerimonial do Itamaraty

e até um documento — “Parecer nº 146/86 — Portaria Interministerial nº 002/83 — dec. 88.118/83” — que recomenda ao chefe da Nação, “considerada a imemorialidade da ocupação indígena”, a aprovação de uma proposta da Funai. Ela legaliza — “na conformidade do memorial descritivo anexo...” — a área indígena guarani do Ribeirão Silveira, no Estado de São Paulo. Assinam embaixo Renato D’Almeida Leoni, pelo Ministério do Interior; Romero Jucá Filho, pela Funai; André Villas Boas, do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, e o coronel Antônio Carlos Carneiro da Silva, membro do



...a cultura primitiva.



Os últimos guaranis praticam uma cultura de subsistência



Casemiro, fumando o "pitanguá". No colo, a menina Lavé.

Conselho de Segurança Nacional. O projeto deveria ter tido a homologação presidencial no dia 19 de abril deste ano, Dia do Índio. Ao contrário de outras aldeias guaranis — como a do Morro da Saudade, Crucutu, Jaraguá, Boa Vista, Irariri e Rio Branco — que obtiveram a aprovação do Executivo, entretanto, a do Ribeirão Silveira ficou engavetada. Distração regada a lances de bastidor, que envolveram interesses econômicos e influência política que colidem com a própria Constituição.

TERRAS INALIENÁVEIS — O artigo 198 da atual Carta Magna

brasileira é claro: "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes". Outro parágrafo do artigo diz: "Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou ocupação de terras habitadas por silvícolas". Não bastasse tudo isto, a Lei nº 6.001, de 1973, o chamado Estatuto do Índio, dava ao poder federal um prazo de cinco anos para demarca-▶



FOTOS: JOSÉ PINTO



Vida e morte guarani: ao lado, Maria Lúcia, 25 anos, grávida de sete meses. Acima, Rio Silveira, cemitério de 50 guaranis.

ção de todas as terras indígenas no País. Até agora, 14 anos depois, das mais de 460 áreas conhecidas no País, menos de 40% estão demarcadas. No caso específico da aldeia do Ribeirão Silveira, que reivindica 390 alqueires, o que impede — apesar da Constituição — o governo de agir, seria a alegação de ela estar sub judice. Decorrência de processos que se perdem no tempo e que hoje — por causa da valorização da área, em São Sebastião, na beira da recém-construída estrada Rio—Santos — se radicalizam, numa disputa que lembra livros de história, bugres e Bandeiras, Carlos Gomes e José de Alencar, os guaranis.

Dos milhares de indígenas de filiação lingüística tupi-guarani, que habitavam as terras quando as naus portuguesas chegaram, restam, no Estado de São Paulo, pouco mais de 500. Epidemias transmitidas pelos brancos, escravidão, guerras, lento processo de extermínio e a nação foi desaparecendo. Ainda existem aldeias no Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, também. Segundo antropólogos, os movimentos de migração guarani obedecem a um trajeto em direção ao Leste, que data de antes das invasões européias. A causa está ligada à crença religiosa de seu povo na “busca da terra sem mal”, o *Yvít Opá*. Quase como os cartazes das construtoras anunciam. “Condomínio fechado. Um paraíso de tranqüilidade.” Especulação imobiliária para bons bolsos, mortal para os índios.

No caso específico da aldeia do Ribeirão Silveira, a história documentada da terra aparece como doação do chamado sítio de Boracéia, por parte de Pero Lopes de Souza e dona Izabel

de Gamboa a José Adorno e Diego Roiz, por Carta de Sesmaria de 11 de abril de 1568. Depois, novos documentos mostram a propriedade como de Manoel Borges da Costa, em 1668; capitão Manoel Borges da Costa — comandante da fortaleza de Santos — em 1775; sargento-mor Prudente Borges da Costa, que deixou por herança ao seu filho, tenente Joaquim Manoel Prudente, que morreu em Santos em 1836, legando tudo para sua mulher, Cândida Angélica Gomes Prudente, que registrou o sítio em 1856. De lá para cá, o terreno foi dividido em dezenas de descendentes, vendido e sublotado a centenas de pessoas, até que adquiriu os contornos atuais, sendo que as terras em disputa são remanescentes dos espólios de José Bastos da Silva e de Domenico Ricciardi Maricondi.

José — dono do chamado Sítio da Juréia —, em 1957, entrou com processo contra o coronel Homero Santos acusando-o, na época, de ter trazido índios para a área na tentativa de garantir a posse do terreno. Ganhou, sem que os índios fossem representados. Hoje, a proprietária dos terrenos é a Fator Empreendimentos Imobiliários, da qual estão entre os sócios o ex-presidente do Metrô de São Paulo, Walter Nori, e o deputado estadual pelo PMDB, Evandro Mesquita. As terras de Domenico Maricondi, por sua vez, foram adquiridas por Armando Jorge Peralta, dono de uma rede de supermercados na Baixada Santista, que não tem poupado esforços para obter o que considera de sua legítima propriedade.

“Índios guaranis usados para manter e aumentar posse de um para 290 alqueires contra decisão judicial”, é o título de um documento distribuído por Peralta — em 7 de fevereiro de ▶



JOSE PINTO

Airton Benites, 5 anos, um dos três filhos de Júlio Benites: às vezes, ele fica acordado até meia-noite ouvindo o pai.

►1983 — onde esclarece à opinião pública que ele, junto com mais três familiares, adquiriu, em março de 1980, 75% dos bens do espólio de Maricondi, sendo que 25% são de propriedade da Empreendimentos Imobiliários Grande São Paulo Ltda., Emigran. Entre outras coisas, em cinco páginas, Peralta revela que, em 1981, iniciou a construção de casas de acampamento quando começou a ter problemas com os índios, mas que ignorou os fatos e continuou com os serviços. Até que, em setembro de 1982, “uma senhora que se dizia advogada...” in-

terpelou seus empregados e, junto a um grupo, passou a instalar repetidos processos. O de nº 5017238152 é o de pedido de manutenção de posse, junto à Justiça Federal de São Paulo. A mesma ação foi interposta no Fórum e Comarca de São Sebastião, em 21 de dezembro de 1982, sendo que um “Embargo de terceiro possuidor”, nº 640/82, também foi impetrado. No documento, ainda, Peralta levanta dúvidas sobre os reais motivos que levaram algumas pessoas a defender os interesses dos índios — “Não sei se por ingenuidade, fantasia ou má fé esse

grupo, que não representa legalmente os índios, visto que, de acordo com a legislação em vigor, quem representa os índios é exclusivamente a Funai” — externando a esperança de contar com o apoio da imprensa para que desse “a mesma ênfase que deu às declarações da Srta. Maria Inês Ladeira e seus aclas.” — com “c” mesmo.

ÍNDIOS NO CARTÓRIO — “Os índios, no Brasil, são considerados como relativamente capazes. Isso não os impede de praticar atos sem a presença de seu tutor legal, a Funai, desde que não lhes tragam nenhum prejuízo e que não violem as leis”, garante um dos advogados dos guaranis, Marco Antônio Barbosa, 34 anos, que viu, pela primeira vez no País, índios irem ao cartório, passar procuração a representantes por eles escolhidos, para defender seus direitos na Justiça. Assim, em outubro de 1982, os caciques Fideles dos Santos, José Fernandes Soares e Samuel Bento dos Santos nomearam representantes legais da Comunidade dos Índios Guaranis do Rio Silveira. Entre os defensores, Dalmo Dallari, o próprio Marco Antônio, Carla Antunha e Antônio Carlos Sedeh. Um mês depois de impetradadas as ações, o juiz de São Sebastião, Pedro Vicentini, concedia uma liminar que vem garantindo a posse da terra

Desde então, vários incidentes aconteceram. De um lado, empresas, gente documentada. Do outro, associações, entidades, os próprios índios, pessoas adeptas da causa dos guaranis. Na guerra do dia-a-dia, acusação de abertura de picadas na mata, loteamentos semiclandestinos, irregularidade na extração e venda do palmito silvestre, etc.

Conforme reportagem publicada no *Jornal da Tarde*, em 21 de abril de 1987, Armando Peralta, em companhia do ex-general do II Exército, Dilermando Monteiro, circulou por altos escações da capital federal, expondo seu ponto de vista sobre o as-

sunto. O ministro do Interior Costa Couto e presidente da Funai, Romero Jucá Filho, revelaram à repórter Priscilla Siqueira ter recebido os dois. De outro lado, o próprio presidente José Sarney, por não ter assinado o ato consignatário de posse dos guaranis, recebeu telex assinado, entre outros, pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, dizendo de sua insatisfação com os rumos da resolução, maior que qualquer processo que tramita no Poder Judiciário. No mesmo relato de Priscilla, a opinião do procurador geral da República, Sepúlveda Pertence: ele afirma que a existência de uma ação judiciária, que deixa a área sub-judice, não obriga a paralisação do decreto de homologação da área indígena. Segundo algumas fontes, o próprio consultor geral da República, Saulo Ramos, se teria empenhado no sentido de obstruir o processo homologatório da área do Rio (ou Ribeirão) Silveira. Em carta aberta ao *O Estado de S. Paulo*, em 25 de abril último, o advogado de Armajlo Peralta, Sinésio de Sá, enfatiza que o assamento de terras pelos índios, resulta de invasão de terras particulares ocorrida na década de 60; que o advogado — Marco Antônio Barbosa — que defende os interesses da comunidade dos índios, “conseguiu integrar-se nos quadros da Sudelpa e, como tal, foi nomeado para proceder à marcação administrativa da indigitada área”, e, entre outras coisas, lança dúvidas sobre a “ocupação imemorial indígena”. No final, observa que seu cliente nada mais faz que defender seus direitos de posse e propriedade, “Constitucionalmente protegidos, não se submetendo a esbulhos e invasões”.

Árbitro da questão, o Estado — apesar das leis serem claras — jamais, na realidade, se livrou de algumas contradições. De um lado, o capitalismo, espécie de norte do progresso, destino desejado e assumido. Sobre sua ética, existe pouca coisa que possa ser dita. Do outro — e isto desde o tempo que o País ►

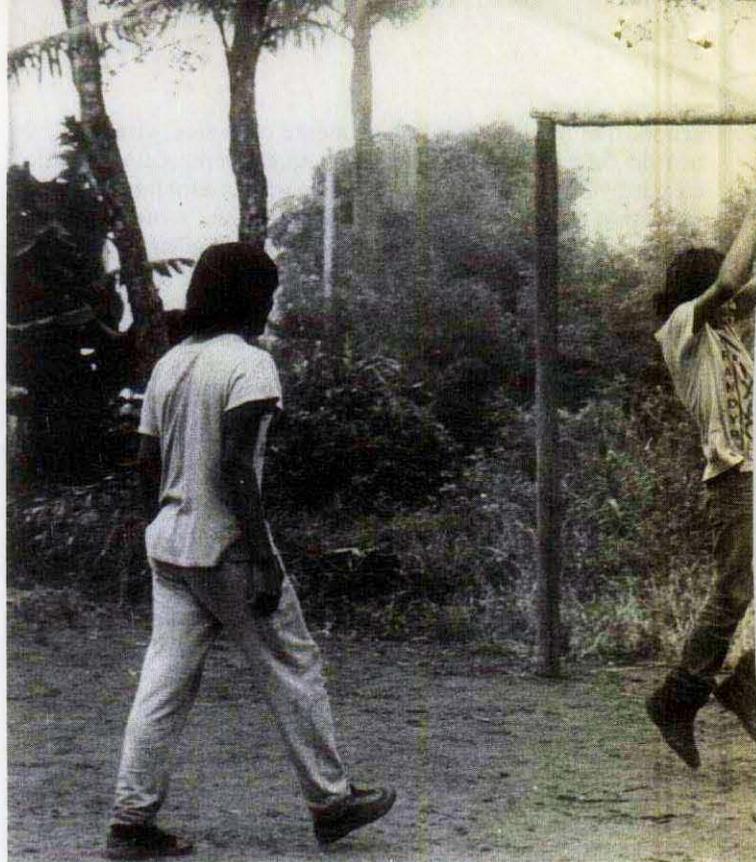
Às 5 da tarde, na aldeia Morro da Saudade, nesta época do ano, o trio faz baixar uma espécie de fog londrino.



era colônia portuguesa — um pretenso protecionismo aos índios. Assim, em 1910, foi criado o SPI — Serviço de Proteção aos Índios — depois, a Funai — Fundação Nacional do Índio — passou a representar o Estado perante os indígenas. Os que resistiram mais ao projeto colonizador, e que preservaram sua cultura em parte, tornaram-se — como agora — obstáculos ao capitalismo, ao dito progresso. No mais, a relatividade de valores de cada sociedade, cultura, pressupõe situações falsas. Para os índios — à primeira vista, absurdamente pobres e agonizantes — seu modo simples de vida é absolutamente natural. Para um branco, acostumado com chuveiro, forno de microondas, TV, sauna, pizza por telefone etc. nem passa pela cabeça viver de outra maneira. E tende a julgar os guaranis, por exemplo, apenas pelo lado do folclore. Tanga — “Está na tanga, hein irmão” — é sinônimo de miséria. Quando há choque de interesses — como no caso de uma disputa de terras — brancos julgam causas, muitas vezes sem a compreensão da problemática existente. A terra, hoje, para os guaranis, é uma questão de sobrevivência. Para os supostos donos, é dinheiro, lucro. O que pode falar mais alto na raiz do direito, é uma coisa que tem que se esperar para ver.

“VAMOS À GUERRA” — “Se não nos derem a terra, vamos à guerra”, ameaça o cacique da aldeia do Rio Silveira, Samuel Bento dos Santos, o *Awadidioco* — “aquele que, se o vento bater, escora o que vier”, segundo ele próprio. Guerra? Talvez o termo seja exagerado, diante do contingente disponível. Por outro lado, a exposição do próprio sacrifício poderia alimentar algumas consciências importantes. Pensa-se nisso na aldeia do Rio Silveira, sem que nenhum dos habitantes jamais tenha assistido ao filme *O Rato que Ruge*, com Peter Sellers. Na fita, um pequeno ducado declara guerra aos Estados Unidos. E ganha. Daí surge uma série de situações engraçadas. O cacique, entretanto, não saberia o que fazer com o Brasil. “Esta terra não tem jeito”, reclama, orgulhoso, porém, das riquezas naturais de seu mundo, sua aldeia.

Para se chegar lá pela primeira vez, é necessário contar com um guia. Edvaldo Brasília Gomes, 30 anos, funcionário do Iate Clube de Barra do Una, concordou em guiar a reportagem até lá, no dia 8 de maio. Da estrada Rio—Santos, chega-se ao núcleo indígena depois de 7 quilômetros, aproximadamente, de caminhada. Atravessam-se pontes improvisadas de tronco de madeira, seguindo por uma picada aberta na mata. Pesos-pesados e gente pouco acostumada a andar em terreno irregular têm irrefreável tendência a cair durante o trajeto. Mas o cenário é bonito. Plantas silvestres, árvores enormes, flores, rios cristalinos inauguram o espírito de Jimi das Selvas e Tarzã dos estrangeiros. O primeiro contato é com um grupo de crianças, com idade variável entre 9 e 15 anos. São pouco mais de 8 horas da manhã e elas colhem palmito. Vestem roupas puídas, seus pés estão descalços e, àquela hora, já trazem considerável carga do produto que venderão a 45 cruzados cada um, na beira da estrada. Tímidos, envergonhados, apresentam resistência ante os visitantes. O território guarani, aliás, tem que ser obrigatoriamente preservado do assédio de brancos. Mas diante das óbvias intenções pacíficas, eles concordam em falar. Com a camisa do Corinthians, líder do grupo, João Paulo da Silva, conta que tem 15 anos e que aquilo é uma rotina para todos. Afastados, seu irmão João Pedro, Sandra, Alexandre, Mauro e Marco olham-se entre si e sorriem. O peso carregado por cada um passa de 10 quilos. No final da tarde, quando retornam ao lar, trarão o que sobrou e algumas compras. Esta extração dos produtos não é em nenhum instante predatória. Para os índios, a terra e tudo que está nela é sagrado, pertence ao seu



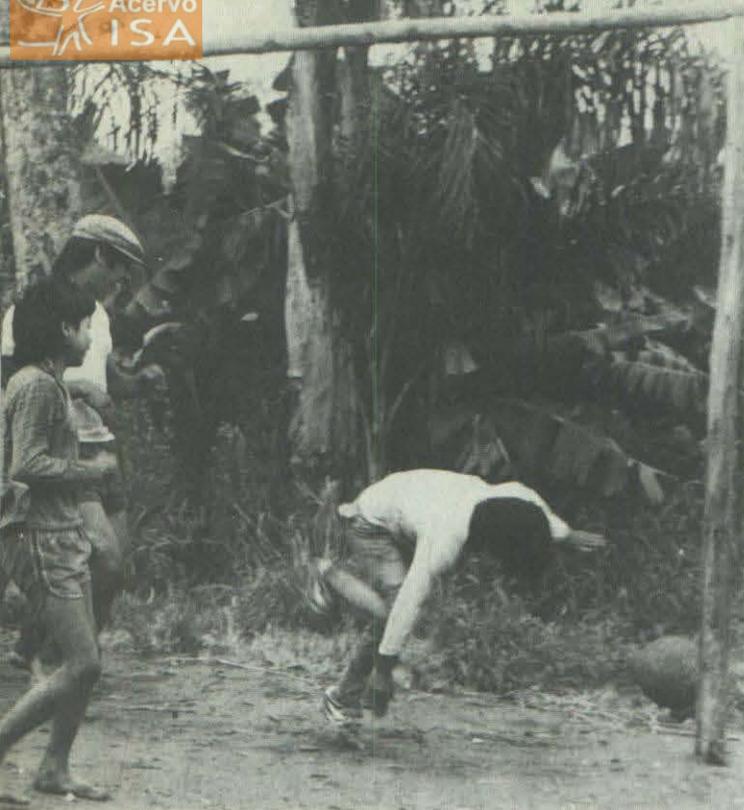
No campo de futebol de terra batida, o Sport Clube...



Advogado Marco Antônio Barbosa: “A causa é o índio”.



Alísio: ele é quem faz os contatos políticos da tribo.



...Tupi-Guarani Rio Silveira mostra suas habilidades.



Atrás do cacique Samuel, o estratégico guarda-sol da Kibon.



Cacique José Fernandes: ninguém quer trabalhar em fábrica.

deus. Isto, quando da coleta de depoimentos para o processo, chegou a ser embaraçoso. “A terra é dos índios?”, perguntou um escrivão a um cacique. Resposta: “Claro que não, a terra é de Tupã”. Na burocracia da lei, se não houvesse intervenção dos advogados, sairia que “os índios reconhecem que a terra não é deles”.

Detalhes são importantes. Por isso, também, existe uma barreira nas relações com os guaranis. O cacique Samuel observa atentamente o rosto dos invasores que, depois da caminhada, só pensam mesmo em paz, e indaga sobre os propósitos da visita. Facão de 30 centímetros na mão, que não largou em momento algum, ouve com calma os argumentos. Alguns instantes depois, abre o sorriso, chama Alice — *iatucá*, minha esposa — e rende-se à curiosidade dos visitantes. Samuel Bento dos Santos tem 42 anos, nasceu em São Vicente e na maior parte do tempo só fala guarani. Conviveu, entretanto, com os brancos durante muito tempo. Provou cachaça — embora cartazes colocados pela Funai, em bares de Barra do Una, alertem que a venda de álcool para indígenas pode ser punida com dois anos de detenção, como estipula o artigo 58 da Lei 6.001, o Estatuto do Índio —, fumou cigarros com filtro, jogou futebol e até viu televisão. “Mas nada disso me impressionou”, garante. Houve uma época, mesmo, que Samuel foi atraído para a crença da Igreja Assembléia de Deus. Logo, arrependido, retornou para Tupã.

“SOMOS DIFERENTES” — “A gente parece branco. Lava roupas com sabão em pó, faz compras na venda, mas somos diferentes”, acredita o cacique que, como os outros, faz questão de preservar sua identidade. O que, depois de quase 500 anos de massacrante influência, convenhamos, não é fácil. Para Samuel, a disputa pelas terras é absurda, quase como a guerra que ameaça. Sob a alegação de que ali moram poucas pessoas — são quatro famílias, vários índios solteiros e, pelo menos, 20 crianças — para ocupar uma grande área, o cacique é determinado. “O lugar é de todos os guaranis. Aqui se pega cipó-imbé, pedras, penas, garras de animais, com o que fazemos artesanato”, explica. Único ponto no Estado onde existe um espaço índio em que a natureza permanece virgem, a aldeia do Rio Silveira é uma fábrica natural de onde se tiram recursos para a vida dos guaranis. Percorrendo a aldeia, passa-se por choças cobertas com folhagem, chega-se a uma praia paradisíaca, estilo o famoso Éden, onde robalos e tilápias são pescados com parcimônia, na linha ou na fígua. Pedras com limo, perigosas por serem escorregadias, acabam compondo o pano de fundo onde rola água pura de uma cachoeira próxima. Mas nem tudo é bonito na aldeia. Em fevereiro, duas crianças morreram de pneumonia. Um agente da Funai, Márcio, foi acionado, mas não houve jeito. Elas repousam num cemitério improvisado no meio do mato, distante 10 minutos de caminhada das casas, ao lado de outras 18 crianças e 30 adultos. Entre estes, três antigos caciques. Na primavera, pequenas flores vermelhas — a cor da dor — brotam em cima das covas rasas que são enfeitadas por cruces irregulares de madeira. Entre a vida e a morte tão próximos, para os guaranis, a ponte é o xamã, o cacique, que por sua sabedoria tem dons sobrenaturais como o de estabelecer comunicação com os mortos, ou de receber mensagens telepáticas através de seus aguçados sentidos. Aliás, quanto mais prestígio tem um cacique, mais serão as famílias sob sua guarda. Samuel sabe disso e, toda noite, faz orações — *porahêi* — para ser bem-sucedido, ganhar mais poder e sabedoria.

“Aqui passarinho não fica na gaiola, como fazem na cidade. A gente come”, ensina Samuel, mostrando como aproveitar▶

► melhor a natureza, sem distorcer algumas de suas finalidades. Galinhas, cachorros convivem pacificamente em Rio Silveira. Um guarda-sol da Kibon, azul e amarelo, estrategicamente colocado na porta da casa do cacique, dá um tom cosmopolita ao local. No chão, um disco de música sertaneja quebrado, aqui e ali, pedaços de civilização branca e até um campo de futebol de terra batida. Lá, o Sport Clube Tupi-Guarani Rio Silveira mostra sua arte de quando em quando. Dalcílio Gonçalves, 18 anos, é um de seus jogadores. Quando não está com a madrasta, dona Maria, e a sobrinha de 6 anos, Nilda, pescando com uma batéia, gosta de acompanhar o cacique em suas andanças, fazer armadilhas para pacas, planejar visitas a outras aldeias. Os guaranis são sociáveis e gostam muito de viajar. “Só que me sinto sufocado na cidade”, garante Dalcílio, que já arriscou atravessar algumas ruas de São Paulo e guarda péssima impressão do poluído Rio Tietê. Mas a rotina mansa da aldeia não se altera nem mesmo com as histórias de viagens. Lá se vive com objetivos diferentes de quem administra o próprio tempo de vida como um negócio. Trezentos e noventa alqueires sem Coca-Cola.

“Cuidado na volta, porque vocês não estão acostumados”, recomenda e diz adeus o cacique Samuel, 1,68 metro de altura, que tem dores de estômago, não fuma mais, e aguarda uma resolução do presidente Sarney para seu problema. Guaranis × Imobiliárias e Supermercados, 0 × 0, no final do milênio, sendo que, até agora, 0,3% do território brasileiro são ocupados legalmente pelos indígenas, que em 1500, segundo alguns estudos, formavam mais de 800 nações e, hoje, constituem 180 conhecidas, tendo sobrevivido, no Estado de São Paulo, apenas três: terenas, caingangues e guaranis. Juntas as três nações, hoje, não chegam a somar 1.200 descendentes em território paulista, sendo que a maior aldeia — que mostra o prestígio indiscutível de seu cacique — é a da Barragem, também conhecida como Morro de Saudade.

“O MAIS INTELIGENTE” — Encravada na cidade de São Paulo, mais exatamente próximo a Parelheiros e Santo Amaro, a aldeia teve seus 11 alqueires regularizados dia 19 de abril. Guira-Popó, “asa de pássaro” é o grande xamã da aldeia. Trinta e duas famílias, 180 índios — o número de pessoas nas reservas é flutuante — vivem sob sua liderança. Com 42 anos, quando é indagado sobre sua condição de cacique, é bem explícito. “Sou o chefe, porque sou o mais inteligente. Resolvo todas as disputas”, justifica. Pai de sete filhos, ele reserva os domingos para reunir todos os habitantes do lugar para aconselhamento e para resolver as pendências que possam existir. Não é atribuição sua, nenhuma atitude coercitiva ou repressiva. Tão acostumado está com o contato do branco — leite e pão são entregues por um ambulante, diariamente na aldeia — que não estranha a presença de elementos da raça desconhecida na sua terra. Crianças e adolescentes comunicam aos adultos a chegada dos visitantes, afastando-se rapidamente do caminho. Nesta época do ano, às 5 horas da tarde, uma névoa já encobre a aldeia como um fog londrino. Faz frio. O vento assobia por entre os bambus das choças e blusas de insuspeitos molletons aparecem com suas inscrições em inglês. Todos querem saber a que vêm os brancos. Esclarecidos os objetivos, José Fernandes passa a falar da necessidade de terras que têm os guaranis para preservar sua cultura. “Por isso, a aldeia do Rio Silveira é tão importante”, justifica, salientando que, para um guarani, a área necessária para a sobrevivência não se resume ao lugar onde dorme, “mas também onde planta, pesca, caça e extrai material para fazer artesanato”, enfatiza. Por este motivo, é que anda preocupado com a situação do compatriota Samuel e o destino



João (na frente) e os outros garotos saem da aldeia com...



FOTOS JOSÉ PINTO

Sandra vende palmito na Rio—Santos a 45 cruzados cada



...a carga de palmito, para vender na beira da estrada.



Dalcílio procura peixes no córrego transparente



Num bar em Barra do Una, a dura letra da lei.

dos alqueires de São Sebastião, que tanta falta podem fazer a seu povo. “Mas vamos lutar, ir a Brasília, até ganhar a terra”, argumenta. Em volta dele, dezenas de membros da tribo aproximam-se para escutar as explicações. Entre eles, os comentários são totalmente feitos em guarani e estão ausentes da aldeia apenas os que foram à cidade — Praça da Sé e Praça da República — comercializar artesanato — chocalho, de 100 a 150 cruzados; arco e flecha de 300 a 600 etc. A maior parte dos moradores pouco sai dali. “Ninguém aqui quer trabalhar em fábrica”, diz José Fernandes, convicto de que este estado de espírito tem de ser seguido — até como resistência franca aos valores dos brancos — na sua forma, digamos, socialista de viver. E em muitas coisas, os guaranis teriam mesmo de ser imitados.

“**PROMETEM, PROMETEM**” — Velhos e crianças, por exemplo, são supervalorizados. Uns, pela sabedoria, tradição viva. Outros, porque estão aprendendo, e em nenhum momento são afastados do convívio dos adultos, sendo-lhes, inclusive, facultativo fumar o cachimbo chamado pitangüá, com fumo de corda preto. Assim, democraticamente, e com o cacique abrindo as portas, fica mais fácil conhecer mais um pouco da vida de alguns guaranis. Ar sério, usando um boné vermelho com a inscrição “Captain”, Alísio Gabriel, 26 anos, é o mais reservado de todo o grupo. Casado com Maria Lúcia, filha do cacique, é reservada a ele uma das funções mais importantes da aldeia: é quem representa a tribo nos contatos políticos e negócios com os brancos, tendo também a função de monitor de saúde, motivo de uma viagem sua a Brasília, no começo do ano. “Pedir coisas ao governo eu peço. Eles prometem, prometem, mas, no fim, acabamos recebendo pouca coisa”, diz Alísio, pai de duas meninas e um menino, que aguarda o nascimento de outro filho para daqui a dois meses. Maria Lúcia, sua esposa, como a totalidade das índias guaranis, fala pouco e quase somente guarani. Diversão, para o casal, são as orações em grupo, algumas festas onde se dança por várias horas, e a observação constante da atividade dos filhos. “Temos de seguir nossas vocações; temos nosso deus. Não levamos jeito para padres ou crentes”, sustenta Alísio, que gosta mesmo é de ver as crianças *derori* — sorrindo.

E não faltam caras alegres na aldeia; o irmão do cacique, Casimiro, fuma o pitangüá e carrega a menina Lavé. Rosa, 20 anos, segura o filho Abel, de 1 ano. Próximo à Represa Billings, que faz divisa com a aldeia, o menino Airton Benites, 5 anos, descobre flores, sob os atentos olhos do pai, Júlio, e da mãe Brandina. A choça onde moram não possui qualquer conforto, — isso visto pelos olhos de um branco — mas sobra ternura nas noites. “Rezamos, conversamos e vamos dormir lá pela meia-noite. Já vi televisão, mas acho que nem com uma delas por aqui se alteraria nosso modo de vida. Somos felizes assim”, garante Júlio, que só gostaria de ter mais uns dois cobertores para a família, “por causa do frio”.

Na salada tecnológica, confusão generalizada em que se vive nos grandes centros urbanos, compreender os desejos de gente simples parece um tanto difícil. Mas o reverso também existe. Nelson Carvalho, 25 anos, por exemplo, foi uma vez ao cinema. “Me senti uma besta, porque sabia que estava sentado, mesmo, olhando para uma parede”, lamenta. Pouco se importa que em sua blusa esteja inscrita a palavra “Instruccion”. A blusa serve mesmo é para agasalhá-lo. “A gente indígena parece tudo igual, não é?” indaga o rapaz, que está de passagem pelo Morro da Saudade e que pertence à aldeia de Santa Cruz, no Espírito Santo. Mais ou menos, é a resposta. “Vocês também”, ele retruca, sorrindo.